



**INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DOS CONSELHOS DE ESTADO E DE
MINISTROS DE CUBA, MIGUEL DÍAZ-CANEL BERMUDEZ, NO DEBATE GERAL
DO 73º PERÍODO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES
UNIDAS. NOVA IORQUE, 26 DE SETEMBRO DE 2018.**

Senhora Presidente:

Senhor Secretário-Geral

Resulta impossível estar aqui, falar desde esta tribuna em nome de Cuba e não evocar momentos históricos da Assembleia-Geral que o são também da nossa memória mais inesquecível: Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Raúl Castro Ruz e o chanceler da dignidade, Raúl Roa, por apenas citar os mais transcendentais, trouxeram até aqui, não só a voz do nosso povo, mas a de outros povos latino-americanos e caribenhos, africanos, asiáticos, não-alinhados, com os quais temos partilhado mais de meio século de batalha por uma ordem internacional justa, que ainda está longe de ser alcançada.

É absurdo, porém coerente com a irracionalidade de um mundo em que 0,7% mais rico da população pode apropriar-se de 46% de toda a riqueza, ao passo que 70% mais pobre apenas tem acesso a 2,7% da mesma; 3 460 milhões de seres humanos sobrevivem na pobreza; 821 milhões padecem fome; 758 milhões são analfabetos e 844 milhões carecem de serviços básicos de água potável, cifras todas elas, falando nisso, que elaboram e manejam habitualmente os organismos globais, mas que ao que parece ainda não alcançam a mobilizar suficientemente a consciência da chamada comunidade internacional.

Essas realidades senhora Presidente, não são fruto do socialismo, como o Presidente dos Estados Unidos da América afirmou ontem nesta sala. São consequência do capitalismo, nomeadamente do imperialismo e do neoliberalismo; do egoísmo e da exclusão que acompanha a esse sistema, e de um paradigma económico, político, social e cultural que privilegia a acumulação de riqueza em poucas mãos às custas da exploração e da miséria das grandes maiorias.

O capitalismo afiançou o colonialismo. Com ele nasceu o fascismo, o terrorismo e o apartheid, espalharam-se as guerras e conflitos, os quebrantamentos da soberania e da livre determinação dos povos; a repressão dos trabalhadores, das minorias, dos refugiados e dos migrantes. É oposto à solidariedade e à participação democrática.

Os padrões de produção e de consumo que lhe caracterizam promovem a pilhagem, o militarismo, ameaçam a paz, geram violações dos direitos humanos e constituem o maior perigo para o equilíbrio ecológico do planeta e a sobrevivência dos seres humanos.

Que ninguém nos engane aduzindo que a humanidade não possui recursos materiais, financeiros e tecnológicos suficientes para erradicar a pobreza, a fome, as doenças e outros flagelos. O que não existe é a vontade política dos países industrializados, que têm o dever moral, a responsabilidade histórica e recursos abundantes para resolver os problemas globais mais prementes.

A verdade é que ao mesmo tempo que se alega insuficiência de recursos para cumprir os objectivos e metas da Agenda 2030 ou encarar o impacto crescente da mudança climática, no ano 2017 foram dilapidados em despesas militares 1,74 mil milhões de dólares, a cifra mais alta desde o fim da Guerra-Fria.

A mudança climática é outra realidade incontornável e uma questão de sobrevivência para a espécie humana, em particular para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Alguns dos seus efeitos já são irreversíveis. A evidência científica indica um aumento de 1.1 graus Celsius com relação ao período pré-industrial, e que 9 de cada 10 pessoas respiram ar contaminado.

Não obstante, os Estados Unidos da América, um dos principais poluentes no passado e no presente, rejeitam acompanhar a comunidade internacional no cumprimento do Acordo de Paris sobre mudança climática. Comprometem assim a própria vida das gerações vindouras e a sobrevivência de todas as espécies, incluída a humana.

Ainda mais, como se não sobrassem as ameaças sobre a humanidade e as suas deslumbrantes criações, é um facto que se perpetua e espalha o hegemonismo militar e nuclear, em detrimento da aspiração maioritária dos povos a um desarmamento geral e completo, ideal esse que Cuba partilha e como prova do seu compromisso com este objectivo, no dia 31 de janeiro passado, tornou-se no quinto Estado em ratificar o Tratado sobre a Proibição das Armas Nucleares.

Nesta instituição que nasceu da vontade humana de superar com o diálogo entre as nações a destruição deixada por uma guerra terrível, não é possível calar o perigo que paira sobre todos, com a exacerbação de conflitos locais, guerras de agressão disfarçadas de "intervenções humanitárias", derrocamento de governos soberanos

pela força, os chamados “golpes suaves”, e a intervenção nos assuntos internos de outros Estados, formas recorrentes de actuação de algumas potências, com os mais diversos pretextos.

A cooperação internacional para a promoção e protecção de todos os direitos humanos para todos é um imperativo; mas a sua manipulação discriminatória e selectiva com pretensões de dominação, viola os direitos à paz, à livre determinação e ao desenvolvimento dos povos.

Cuba rejeita a militarização do espaço ultraterrestre e do ciberespaço, bem como o emprego encoberto e ilegal das tecnologias da informação e das comunicações para agredir outros Estados.

O exercício do multilateralismo e o respeito pleno aos princípios e normas do Direito Internacional para avançar rumo a um mundo multipolar, democrático e equitativo, são requerimentos para garantir a convivência pacífica, preservar a paz e segurança internacionais, e encontrar soluções duradouras aos problemas sistémicos.

Contra essa lógica, o uso da ameaça e da força, o unilateralismo, as pressões, represálias e sanções, que caracterizam de modo cada vez mais frequente a conduta e a retórica do governo estadunidense e o seu uso abusivo do veto no Conselho de Segurança, para impor a sua agenda política, colocam enormes desafios e ameaças dentro das próprias Nações Unidas.

Por que não acabamos de concretizar o prometido fortalecimento da Assembleia-Geral como principal órgão de deliberação, decisão e representação? Não deve retardar-se nem impedir-se a reforma do Conselho de Segurança, urgida de ajustar-se aos tempos, democratizando a sua composição e métodos de trabalho.

Hoje viemos reiterar o que o Comandante-em-Chefe da Revolução Cubana, Fidel Castro Ruz, disse por ocasião do quinquagésimo aniversário da ONU e que resume a mais nobre aspiração da maioria da Humanidade. Abro citação: “Queremos um mundo sem hegemonismos, sem armas nucleares, sem intervencionismos, sem racismo, sem ódios nacionais nem religiosos, sem ultrajes à soberania de nenhum país, com respeito à independência e à livre determinação dos povos, sem modelos universais que não consideram para nada as tradições e a cultura de todos os componentes da humanidade, sem cruéis bloqueios que matam homens, mulheres e crianças, jovens e idosos, como bombas atômicas silenciosas”.

Já lá vão mais de 20 anos dessa demanda e nenhum daqueles males teve cura, antes pelo contrário se têm exacerbado. Temos todo o direito a perguntar por que? E o dever de insistir na busca de soluções efectivas e justas.

Senhora Presidente:

“A Nossa América” é hoje cenário de persistentes ameaças, incompatíveis com a “Proclama da América Latina e as Caraíbas como Zona de Paz”, assinada em Havana pelos Chefes de Estado e de Governo, em 2014, por ocasião da II Cimeira da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos.

A atual administração estadunidense tem proclamado a vigência da Doutrina Monroe e em um novo desdobramento da sua política imperial na região, ataca Venezuela com sanha especial.

Nesse contexto ameaçador, queremos reiterar o nosso absoluto apoio à Revolução Bolivariana e chavista, à união cívico-militar do povo venezuelano e ao seu governo legítimo e democrático, conduzido pelo presidente constitucional Nicolás Maduro Moros. Rejeitamos as tentativas de intervenção e as sanções contra Venezuela, que procuram asfixia-la economicamente e prejudicar as famílias venezuelanas. Recusamos os apelos para isolar essa nação soberana que não faz dano a ninguém.

Rejeitamos igualmente as tentativas de desestabilizar o governo da Nicarágua, um país de paz e onde se conseguiram notáveis avanços sociais, económicos e de segurança cidadã em prol do seu povo.

Denunciamos o encarceramento com fins políticos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a decisão de impedir ao povo votar e eleger para a Presidência o líder mais popular do Brasil.

Solidarizamo-nos com as nações das Caraíbas que solicitam legítima reparação pelos horrorosos vestígios da escravatura, assim como o trato justo, especial e diferenciado que merecem.

Reafirmamos o nosso compromisso histórico com a livre determinação e a independência do irmão povo de Porto Rico.

Apoiamos o legítimo reclamo de soberania de Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgia do Sul.

Reiteramos o apoio irrestrito a uma solução ampla, justa e duradoura para o conflito israelense-palestiniano, na base da criação de dois Estados, que permita ao povo palestino exercer o direito à livre determinação e a dispor de um Estado independente e soberano nas fronteiras anteriores a 1967, com Jerusalém Oriental como a sua capital. Rejeitamos a acção unilateral dos Estados Unidos de estabelecer a sua representação diplomática na cidade de Jerusalém, o que agudiza ainda mais as tensões na região. Condenamos a barbárie das forças israelenses contra a população civil em Gaza.

Reafirmamos a nossa invariável solidariedade com o povo saharauí; e o apoio à procura de uma resposta definitiva à questão do Saara Ocidental, que permita o exercício do direito à autodeterminação e a viver em paz no seu território.

Apoiamos a procura de uma solução pacífica e negociada para a situação imposta a Síria, sem ingerência externa e com pleno respeito pela sua soberania e integridade territorial. Rejeitamos qualquer intervenção directa ou indirecta, que seja levada a cabo sem o acordo das autoridades legítimas daquele país.

A continuada expansão da OTAN rumo às fronteiras com Rússia provoca sérios perigos, agravados pela imposição de sanções arbitrárias, que rejeitamos.

Demandamos o cumprimento do denominado Acordo Nuclear com a República Islâmica do Irã.

Damos as boas-vindas ao processo de aproximação e diálogo inter-coreano que constitui a via para a consecução de uma paz duradoura, a reconciliação e a estabilidade da Península Coreana. Ao mesmo tempo, condenamos energicamente a imposição de sanções unilaterais e injustas contra a República Popular Democrática de Coreia e a ingerência externa nos assuntos coreanos.

As violações das regras do comércio internacional e as medidas punitivas contra China, também contra a União Europeia e outros países terão consequências prejudiciais, em especial para os Estados em desenvolvimento.

Advogamos pelo diálogo e a concertação, graças ao qual podemos informar hoje que o Acordo de Diálogo Político e Cooperação entre a União Europeia e Cuba entrou em vigor provisoriamente e constitui uma boa base para desenvolver os proveitosos vínculos entre as Partes.

Senhora Presidente:

O governo dos Estados Unidos mantém para com Cuba uma retórica agressiva e uma política encaminhada a subverter o sistema político, económico, social e cultural do meu país. Contrário aos interesses de ambos os povos e cedendo às pressões de sectores minoritários, o governo dos Estados Unidos dedicou-se a fabricar artificialmente, com falsos pretextos, cenários de tensão e hostilidade que a ninguém beneficiam.

Isso contrasta com o facto de que mantemos relações diplomáticas formais e programas de cooperação mutuamente benéficos, em um grupo limitado de áreas.

Entre os nossos povos, desfrutamos de vínculos históricos e culturais cada vez mais próximos, com expressões nas artes, no desporto, nas ciências, no meio ambiente, entre outros. As potencialidades para uma relação comercial fluída são conhecidas e um entendimento genuíno e respeitoso beneficiaria os interesses de toda a região.

Contudo, o elemento essencial e definatório da relação bilateral continua a ser o bloqueio, que pretende estrangular a economia cubana, com o propósito de gerar penúria e alterar a ordem constitucional. Trata-se de uma política cruel, que castiga as famílias cubanas e a toda a Nação.

Consiste no sistema de sanções económicas mais abrangente e prolongado que tenha sido aplicado jamais contra país algum. Tem constituído e continua a ser um entrave fundamental para o desenvolvimento do país e para a realização das aspirações de progresso e bem-estar de várias gerações de cubanos.

Como foi dito durante tantos anos neste próprio cenário, o bloqueio prejudica gravemente também, pela sua agressiva aplicação extraterritorial, a soberania e os interesses de todos os países.

Em nome do povo cubano, agradeço a esta Assembleia-Geral pela sua rejeição quase unânime ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra o meu país.

Mas a actuação do governo dos Estados Unidos contra o meu país, vai mais além. Inclui programas públicos e encobertos de grossa intromissão nos nossos assuntos internos, propósito para o qual utiliza dezenas de milhões de dólares que são oficialmente aprovados no seu orçamento, em violação das normas e princípios

sobre os que descansa esta Organização e em particular, da soberania de Cuba como nação independente.

Cuba mantém a disposição de desenvolver uma relação respeitosa e civilizada com o governo dos Estados Unidos, na base da igualdade soberana e o respeito mútuo. Essa é a vontade do povo cubano e sabemos que se trata de uma aspiração compartilhada pela maioria dos cidadãos estadunidenses e, particularmente, pelos cubanos que residem nesse país.

Continuaremos reclamando sem descanso, o fim do cruel bloqueio económico, comercial e financeiro, a devolução do território ilegalmente ocupado pela Base Naval de Guantánamo e a compensação justa ao nosso povo pelos milhares de mortos e mutilados e pelo dano económico e material ocasionado em tantos anos de agressão.

Cuba sempre estará disposta a dialogar e a cooperar desde o respeito e o trato entre iguais. Nunca realizaremos concessões que afectem a soberania e independência nacional, não negociaremos os nossos princípios, nem aceitaremos condicionamentos.

Apesar do bloqueio, da hostilidade e das acções que executam os Estados Unidos da América para impor uma mudança de regime em Cuba, cá está a Revolução Cubana, viva e pujante, fiel aos seus princípios!

Senhora Presidente:

O câmbio de geração no nosso governo não deve ilusionar os adversários da Revolução. Somos a continuidade, não a ruptura. Cuba tem continuado dando passos para aperfeiçoar o seu modelo de desenvolvimento económico e social, no intuito de construir uma nação soberana, independente, socialista, democrática, próspera e sustentável. Esse é o caminho que escolhemos livremente.

O povo cubano jamais voltará ao passado oprobioso do qual se libertou com os maiores sacrifícios, durante 150 anos de luta pela independência e pela dignidade plena. Por decisão da maioria esmagadora das cubanas e dos cubanos, daremos continuidade á obra empreendida quase 60 anos atrás.

Com essa convicção, começamos um processo de reforma da Constituição, exercício genuinamente participativo e democrático, mediante discussão popular do projecto que será aprovado finalmente em referendo. Tenho a certeza de que não haverá mudanças nos nossos objectivos estratégicos e que o carácter irrevogável do socialismo será ratificado.

Os princípios da nossa política externa permanecerão inalteráveis. Como expressou o Primeiro Secretário do nosso Partido, Raúl Castro Ruz, na sua intervenção por ocasião do 70º Aniversário da Organização das Nações Unidas, e abro citação: “a comunidade internacional poderá contar sempre com a sincera voz de Cuba face à injustiça, a desigualdade, o subdesenvolvimento, a discriminação e a manipulação; e pelo estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e equitativa, em cujo centro se coloque, realmente, o ser humano, a sua dignidade e bem-estar”.

A Cuba em nome da qual falo hoje é orgulhosa continuadora dessa política independente, soberana, fraternal e solidária com os pobres da terra, produtores de toda a riqueza do planeta, embora a injusta ordem global os castigue com a miséria, em nome de palavras como democracia, liberdade e direitos humanos, que os poderosos, na realidade, têm esvaziado de conteúdo.

Foi emocionante e grato fazer uso da palavra na mesma tribuna onde tantas vezes os nossos líderes expressaram verdades tão poderosas que ainda nos estremecem, frente aos representantes das mais de 190 nações que, rejeitando chantagens e pressões, cada ano lotam o quadro de votações de dignos símbolos verdes de aprovação à nossa demanda de pôr término ao bloqueio.

Despeço-me com a esperança de que as nobres aspirações da maioria da Humanidade terminem por realizar-se antes que novas gerações venham ocupar esta tribuna reclamando a mesma coisa que hoje reclamamos nós e ontem reclamaram os nossos históricos predecessores.

Muito obrigado.